

Religião, Economia e Exploração Espacial

PILARES DA NOVA ORDEM MUNDIAL

Religião, Economia e Exploração Espacial

Copyright © 2025 STARLIN ALTA EDITORA E CONSULTORIA LTDA.

ALMEDINA é uma empresa do Grupo Editorial Alta Books (Starlin Alta Editora e Consultoria LTDA).

Copyright © 2025 José Carlos de Magalhães

ISBN: 978-85-8493-8568

Impresso no Brasil - 1ª Edição, 2025 - Edição revisada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 2009.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M188

Religião, Economia e Exploração Espacial: José Carlos de Magalhães. 1.ed. Rio de Janeiro: Almedina Brasil, 2025.

192 p; 16 x 23 cm.

ISBN 978-85-8493-8568

1. Religião e economia. 2. Exploração espacial. 3. Ética e tecnologia. 4. Política espacial. 5. Desenvolvimento econômico. 6. Filosofia da ciência. 7. Inovação. 8. Governança global. 9. Economia espacial. I. Magalhães, José Carlos de. II. Título.

CDU 261:22:629

Índice para catálogo sistemático:

1. Religião : Economia : Exploração espacial : Ética

Aline Grazielle Penitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Todos os direitos estão reservados e protegidos por Lei. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida.

A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei nº 9.610/98 e com punição de acordo com o artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta obra fora formulado exclusivamente pelo(s) autor(es).

Marcas Registradas: Todos os termos mencionados e reconhecidos como Marca Registrada e/ou Comercial são de responsabilidade de seus proprietários. A editora informa não estar associada a nenhum produto e/ou fornecedor apresentado no livro.

Material de apoio e erratas: Se parte integrante da obra e/ou por real necessidade, no site da editora o leitor encontrará os materiais de apoio (download), errata e/ou quaisquer outros conteúdos aplicáveis à obra. Acesse o site www.altabooks.com.br e procure pelo título do livro desejado para ter acesso ao conteúdo.

Suporte Técnico: A obra é comercializada na forma em que está, sem direito a suporte técnico ou orientação pessoal/exclusiva ao leitor.

A editora não se responsabiliza pela manutenção, atualização e idioma dos sites, programas, materiais complementares ou similares referidos pelos autores nesta obra.

Grupo Editorial Alta Books

Produção Editorial: Grupo Editorial Alta Books

Diretor Editorial: Anderson Vieira

Editora-Chefe: Manuella Santos de Castro

Assistente Editorial: Francielle Regina

Vendas Governamentais: Cristiane Mutüs

Diagramação: Merit Editorial

A meus filhos

Maria Paula de Magalhães Tavares de Oliveira

Carlos Eduardo de Magalhães e

Maria Christina de Magalhães Silvestre,

com os agradecimentos pelas indicações bibliográficas,
extensíveis à *Lusa Silvestre* e à *Bel*

SOBRE O AUTOR

José Carlos de Magalhães

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais (Faculdade de Direito da USP -1961).

Mestre em Direito pela Yale Law School, da Yale University (EUA), 1973.

Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da USP (1982).

Livre Docente pela Faculdade de Direito da USP (1988).

“Visiting Scholar” Yale Law School (1974).

Recebeu o prêmio Spencer Vampré, da Faculdade de Direito da USP, por suas atividades acadêmicas

Atuou como árbitro em cerca de 200 arbitragens nacionais e internacionais realizadas no Brasil e no exterior.

Integrou a lista de especialistas indicado pelo Brasil ao Órgão de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio.

Árbitro do Tribunal Arbitral constituído no Mercosul, para decidir controvérsia entre Brasil e Argentina.

Autor de 7 livros sobre Direito Internacional, Direito Econômico Internacional e Arbitragem.

Organizou a edição de 4 livros sobre Direito Internacional.

Publicou 90 artigos e prefácios no Brasil e no exterior sobre Direito do Comércio Internacional, Arbitragem e temas afins.

PRÓLOGO

Uma das grandes inovações do século XX foi a integração da Humanidade na Ordem Mundial como sujeito de Direito. Convenções Internacionais renderam-se à evidência, registrando-a como destinataria e titular de direitos a serem protegidos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos deu-lhe dimensão ampla e efetividade, ao alcançar consenso entre os Estados, com culturas, crenças religiosas e regimes políticos diversos. Deixou de ser apenas ideário filosófico e religioso, para se tornar efetivo e presente na consciência dos povos. A sua fragmentação em Estados nacionais, religiões, civilizações e grupos étnicos cedeu passo para todo o conjunto, a despeito das parcelas em que se divide. O ser humano deu-se conta de integrá-la e que o planeta não tem recursos infinitos, a requerer cuidados de todos. A preocupação generalizada com o meio ambiente, consequência das crises climáticas, teve o efeito de despertar da letargia populações abatidas por fenômenos naturais.

Reflexo disso é a adesão de grande parte dos Estados na realização da Conferência do Clima (Conference of the Parties - COP. 29), em Baku, no Azerbaijão, em novembro de 2024. Os países desenvolvidos, maiores responsáveis pela poluição, concordaram em aportar US300 bilhões por ano para ajudar os carentes de recursos no combate às ações poluidoras. Embora o valor fosse bem inferior aos US\$1.300 trilhão cogitados, não deixa de ser gesto de reconhecimento de responsabilidade pelos efeitos nocivos no clima por suas ações internas. O ser humano está cada vez mais consciente de que deve atuar para evitar catástrofes climáticas sobre as quais não tem controle e a ciência é incapaz de os evitar.

A preocupação com o meio ambiente não é a única. Faz parte do conjunto de fatores que inspira este livro, ao destacar, dentre eles, o

que considero serem os três pilares principais em que se assenta a Humanidade nos tempos atuais. O primeiro e mais antigo, a Religião, ainda cultivada, como em todos os tempos e por todas as civilizações, como dão notícia templos descobertos por arqueólogos e as celebrações religiosas atuais em todos os países. A construção de Gobekli Tepe, na fronteira da Turquia com a Síria, há cerca de 12 mil anos, indica vocação antiga do ser humano para a adoração da divindade. Pirâmides egípcias e dos povos astecas, maias e incas em continentes separados por extensos mares atestam o caráter religioso das construções e a crença no divino como elo comum entre povos e culturas tão distantes. Livros sagrados resgatados por pesquisadores das diversas civilizações são testemunhos de mitos religiosos a influenciar gerações.

Foi longo ciclo que perdurou milênios, até ser subjugada por outro iniciado no século XVIII, ainda a prevalecer no século XXI, o da Economia. Nele se destaca seu principal protagonista, a empresa privada, integrada na Sociedade Civil a conviver com a estrutura estatal. Os Estados deixaram de ser classificados pela religião predominante adotada e passaram a ser identificados pelo grau de desenvolvimento econômico e poderio militar. O embate ideológico que dividiu o mundo no século XX foi provocado pelo antagonismo das ideias que informaram o liberalismo econômico e a economia planificada centralizada no Estado, ideário da filosofia comunista de Karl Marx e Frederick Engels. Terminou pacificamente com o fracasso da experiência soviética. A Sociedade Civil, reconhecida na Carta da ONU, tomou nova dimensão com a constituição das Organizações Não Governamentais a atuarem em temas de interesse comum, como novo componente da Ordem Internacional. Convivem com os Estados nas esferas interna e externa e influem na condução de políticas públicas, como as relativas ao meio ambiente e direitos humanos. As organizações internacionais descentralizaram atribuições antes exclusivas dos Estados. Deram feição diversa à ordem mundial ao disciplinarem áreas da atividade humana de abrangência internacional, *ad latere* dos Estados.

Nesse quadro sobressaem as empresas privadas ocidentais como principal protagonista do processo econômico desvinculado do Estado, ao se expandiram por todo o planeta, com a configuração de complexos multinacionais que assumiram. Tornaram-se poderosos feudos, similares ao da Idade Média, a afetar a atuação dos Estados.

As empresas chinesas com atuação internacional ainda mantêm sua feição nacional. São exceção. Embora concorram com as ocidentais, não se enquadram na conformação multinacional de sua organização. Aferradas ao sistema político adotado no país, mantêm sua identidade nacional. Mesmo assim, são ativas no processo econômico mundial em concorrência com as empresas ocidentais. Participam dos embates por mercados e negócios, integrando o panorama geral do comércio e investimentos internacionais.

As dedicadas a tecnologia da informação são capitaneadas por personalidades que se destacam no cenário internacional, como os estadistas de outrora a influírem poderosamente na condução dos povos. Dominam as redes sociais e monopolizam a tecnologia das comunicações. Detêm poder que se contrapõe ao de chefes de Estado, mesmo os das grandes potências, todos usuários da tecnologia por elas fornecida. A Parte II ocupa-se delas.

A tecnologia por elas desenvolvidas levou ao início de outra etapa, ora em andamento, o da exploração espacial, examinada parte III deste livro. É o terceiro pilar em que se assenta a Humanidade nos dias atuais. Nasceu disciplinada por meio de Convenção da ONU que atribuiu ao astronauta a condição de representante da Humanidade. Está na etapa inicial, mas produz reflexos expressivos no planeta, tornando-o refém do sistema complexo de satélites artificiais a organizar a vida do ser humano em todos os rincões. A Internet, uma das facetas mais visíveis da exploração espacial, introduziu ingrediente novo nas relações entre os povos, aplainando diferenças culturais, de costumes e de civilizações. O seu acesso foi alçado à condição de direito individual, assegurado no Brasil pela Constituição Federal, (art. 5º LXXIX) e pela lei. 12.965, de 23/04/2014 (art. 7º)

A Internet reproduz acontecimento similar inovador da invenção da imprensa no século XVI, que infligiu forte abalo na Religião, ao possibilitar a publicação da Bíblia e sua tradução para os idiomas alemão e o inglês. Retirou o monopólio da leitura e interpretação do livro sagrado pelos mosteiros e ampliou seu conhecimento para a população em geral. Alimentou bibliotecas e possibilitou o acesso ao público. O computador inventado no século XX produziu efeito similar e a Internet espalhou conhecimentos restritos às Universidades e a pequenos grupos. Tornou permeáveis as fronteiras estatais e contribuiu para o

fortalecimento da Sociedade Civil, com o estreitamento de relações entre os povos. Aplana diferenças, embora não as elimine, faz aflorar sentimento de simpatia e de solidariedade por infortúnios alheios transmitidos pela televisão e pelas redes sociais, em tempo real.

O paralelo entre a invenção da imprensa e do computador, com a Internet dele derivada, se reflete também na Religião, contribuindo para fazer terminar o ciclo de seu predomínio absoluto, relegando-a a segundo plano. O antigo poder do sacerdote foi substituído pelos dos controladores da tecnologia da informação, personagens celebrados com maior notoriedade e prestígio do que autoridades religiosas e estatais.

A exploração espacial, por seu turno, não se cinge ao lançamento de aeronaves ou de estações espaciais, em investidas para alcançar planetas distantes, a longo e indefinido prazo. Tem espectro maior e de efeito mais sensível e de impacto imediato com os satélites artificiais de múltiplas finalidades. Percorrem o firmamento em trajetórias próprias com a transmissão de informações e sinais para o planeta para todas as atividades humanas, industriais, comerciais, serviços e agrícolas. Tornaram-se essenciais na detecção de fenômenos climáticos, pragas rurais e a possibilitar a transmissão de informações e comunicações, dentre suas múltiplas funções.

As empresas privadas se imiscuíram no setor e os operam para seus objetivos empresariais. O armazenamento na “nuvem” de informações, textos, artigos acadêmicos, opiniões políticas, pareceres, relatórios, mensagens tornou obsoleto dispositivos de cópia de textos no computador, os *pen drive* e disquetes, agora considerados ultrapassados e, há pouco, inovadores. A ampliação do uso de algoritmos dos computadores levou as empresas de tecnologia da informação a criar a Inteligência Artificial a gerar preocupações sobre o controle dos artefatos por ela movidos, sem controle humano. Os controladores dessas empresas, grande parte sediadas no Vale do Silício, na Califórnia, passaram a deter poder político e social que os tornaram personalidades internacionais de grande notoriedade. É um processo ainda em desenvolvimento, sem que se saiba para onde vai e que fim terá. Há nítido embate entre elas e Estados em confrontos derivados da pretensão de liberdade de expressão e da veracidade das informações, nem sempre fiáveis e por vezes fragrantemente falsas a influir nas comunidades, sobretudo em

época de eleições.

A rivalidade econômica e tecnológica entre China e Estados Unidos tem levado a perspectiva de divisão extrema de técnicas empregadas em cada um, a impedir o usuário a delas usufruir livremente, mas compelidos a fazer opção entre uma e outra. É a aspiração de poder hegemônico a pairar sobre atividade que se tornou essencial para todo o planeta, a ser superada pela dinâmica das relações internacionais.

Riacho Novo, Areias (SP), Maio de 2025.

O Autor

SIGLAS

CCI – Câmara de Comércio Internacional
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina
COP 29 - Conference of the Parties
EUA – Estados Unidos da América
FMI – Fundo Monetário Internacional
GATT – General Agreement on Trade and Tariffs (Acordo Geral de Comércio e Tarifas)
GGE - Group of Governmental Experts on Advancing responsible State behaviour in cyberspace in the context of international security
GPS – General Position System
IA – Inteligência Artificial
OCDE – Organização para o Comércio e Desenvolvimento Econômico
OIM - Organização Internacional para as Migrações
OMC Organização Mundial do Comércio
OMS – Organização Mundial da Saúde
OMPI = Organização Mundial da Propriedade Intelectual
ONU – Organização das Nações Unidas
OIAAC – Organização Internacional da Aviação Civil
ONG – Organização Não Governamental
REsp – Recurso Especial
UNICEF – United Nations International Children's Emergency Fund - Fundo das Nações Unidas para Infância
UPI – União Postal Internacional
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

Sobre o autor	6
Prólogo	7
Siglas	12
CAPÍTULO INTRODUTÓRIO	15
PARTE I: A RELIGIÃO	21
I.1 A sobrevivência da crença religiosa	21
I.2 A vida eterna – uma aspiração humana	23
I.3 A imortalidade da alma	26
I.4 A morte como estratégia de ação política	30
I.5 A morte como epílogo da vida	31
I.6 A banalização da morte	33
I.7 A influência do entretenimento	35
I.8 A punição depois da morte	39
I.9 A mitologia e os livros sagrados	42
I.10 Conflitos entre poderes religiosos	45
I.11 Da intolerância à liberdade religiosa	47
I.12 A caminho da liberdade religiosa: o papel dos Papas	55
I.13 A influência do sacerdote	64
I.14 O poder político do sacerdote	65
I.15 O ato de perdoar	66
I.16 Uma pausa: Maomé e o acaso	71
I.17 O ritual religioso	71
I.18 Modificações do ritual	75
I.19 Ritual como meio de comunicação com a divindade	78
I.20 O batismo cristão	79
I.21 A mitologia	81
I.22 Efeitos do mito	84
	13

I.23 A mitologia e a literatura	85
I.24 A influência do politeísmo greco-romano	87
I.25 Flexibilidade dos dogmas – uma necessidade	88
I.26 A anulação do casamento católico	90
PARTE II: A ECONOMIA	93
II.1 Novo participante das relações internacionais: a empresa privada	93
II.2 A política de substituição de importações e seu fim	97
II.3 O fim da Guerra Fria e seus efeitos	100
II.4 O desenvolvimento econômico, uma aspiração social	104
II.5 Do homem religioso ao homem da empresa	107
II.6 O novo feudalismo	110
II.7 O desuso da proteção diplomática e o contrato	117
II.8 Conflitos de interesses: Estado x empresa privada	121
II.9 As redes sociais e a extraterritorialidade da jurisdição estatal	127
II.10 A diplomacia das empresas	130
II.11 Uma reflexão necessária	137
II.12 O Estado refém dos feudos empresariais	141
II.13 As Empresas Militares	145
II.14 Reflexos no Brasil: empresas privadas de vigilância e transporte	147
PARTE III: A exploração espacial	149
III.1 O fascínio do espaço extraterrestre	149
III.2 O fim do céu mitológico*	151
III.3 Breve histórico	153
III.4 A corrida espacial e a ONU	156
III.5 A exploração espacial e a Humanidade	158
III.6 A exploração marítima no século XVI	160
III.7 A exploração do espaço cósmico	167
III.8 O lançamento privado de naves espaciais	170
III.9 O espaço sideral e o alto mar: um paralelo	173
CAPÍTULO FINAL	181
Bibliografia	189

CAPÍTULO INTRODUTÓRIO

O panorama atual da Humanidade apresenta, como destaque recheado de história, três pilares em que se assenta. O mais antigo deles, a Religião, é, ainda, proeminente pela sua universalidade, a despeito de divisões de credos nela incorporados. Foi obscurecida, mas não eliminada, pelo outro sustentáculo, a Economia, a persistir por longo prazo e a impulsionar as atividades humanas desde o século XIX. O terceiro esteio a dar apoio à Humanidade é a Exploração Espacial iniciada no século XX, a levar o ser humano a rincões desconhecidos, como outrora o alto mar e ampliar os meios de comunicações entre todos os povo do planeta. Abriga no espaço cibernético telescópios de grande alcance e estações hospedeiras de astronautas em temporadas de estudos para futuras excursões mais longínquas. Satélites artificiais de múltiplas funções transitam entre as estrelas e influem nas atividades terrestres. A Humanidade paira silenciosa sobre todos com seu abraço fraterno, nem sempre correspondido.

A Religião esteve sempre presente nas relações humanas de todos os tempos, com maior ou menor intensidade a ancorar o poder de políticos e de sacerdotes. Predominou nas relações internacionais e no âmbito interno dos Estados por longo período. Ao ser acolhida por Constantino como religião pelo Império Romano, no século IV, perdurou. A supremacia do Papa, com sua associação com o Sacro Império Romano Germânico desaguou nos exageros da Inquisição do século XVI. A rebeldia de Lutero, com suas 95 teses apostas na Catedral de Wittenberg, rompeu o monopólio católico da cristandade. Adicionou nova vertente religiosa do Velho Testamento à fundada por Maomé, no século VI, com o islamismo. Foi período de intensa movimentação religiosa, com Templários a percorrer rotas guerreiras para conquista de Jerusalém.

O foco na religião dominou os cenários nacional e internacional de en-

tão, mantida até o século XIX. A revolução industrial verificada na Inglaterra inaugurou nova tendência insuspeitada. Nascia o ciclo da Economia e da Tecnologia das Comunicações, com o trem a vapor a transpor longas distâncias, sem o auxílio de animais. A invenção do telégrafo foi ampliada pelo telefone. Posteriormente, o avião adicionou novo meio de transporte, a repercutir nas relações internacionais. Perpassou todo o século XX e perdura no atual, com velocidade supersônica, a transportar centenas de pessoas em cada aparelho para todos os continentes. A Religião foi relegada ao segundo plano. O impacto dos novos tempos provocou o fim da sua supremacia e sua subordinação à Economia e à Tecnologia em progresso acelerado. A impressão de ter a Natureza sido domesticada foi reforçada com a invenção do submarino, a invadir área submersa habitada por peixes, incapazes de viver fora da água. O ser humano pode permanecer nas profundezas dos mares por longos períodos. A energia nuclear dá-lhe suporte para a aventura. Voar como os pássaros e transitar por águas profundas como os peixes.

As duas guerras mundiais produziram impacto de outra natureza. Expuseram a incapacidade das sociedades organizadas em Estados de assegurar a paz internacional. Produziram o efeito de alterar a configuração da ordem internacional com a formação das Nações Unidas, em 1945 e, depois dela, da multiplicidade de organizações internacionais, a afetar o conceito de soberania dos Estados. O desenvolvimento econômico das populações foi destacado como fator decisivo para aliviar sofrimentos e evitar conflitos armados. A criação do Conselho Econômico e Social, como um de seus órgãos permanentes resulta da estratégia para alcançar aquele resultado. Deus foi ignorado. Perdeu a primazia para a Economia a reger as relações humanas, sem interferências divinas. Ao ser posta de lado a Religião, ascendeu a Sociedade Civil como ator nas ordens internas e internacional.

O preâmbulo da Carta da ONU registra a mudança: “*Nós, os povos* das Nações Unidas...”, mote para a reformulação da ordem internacional. Contrasta com o apregoado duas décadas antes pela Liga das Nações, ao se referir, como seus signatários, as “Altas Partes Contratantes...”, ou seja, os Estados, reflexo duradouro do sistema inaugurado pela Paz de Vestfália, de 1.648. A ONU mudou o tom e pôs “os povos” em relevo a estabelecer princípios para reger as relações internacionais. Deixou de lado deus e os Estados. Os *povos* a que se refere a Carta que a instituiu pode ser identificado com a Humanidade, pois abarca to-

dos os seres humanos, deixando de lado sua fragmentação em nações, povos, cultos, etnias. Inaugurou novo ciclo, a registrar a extinção do anterior fundado na soberania dos Estados.

Nesse cenário, a Economia e a Tecnologia passaram para o primeiro plano e interesse primordial nos âmbitos interno externo dos Estados. A Religião, todavia, embora subjugada pelo novo ator e pela nova realidade, não desapareceu, sendo precipitada a conclusão de que “Deus está morto”, como Nietzsche afirmara ao final do século XIX. Não está. Está enfraquecido, vilipendiado, ignorado e entristecido. Mas, continua arraigado na crença dos aflitos e no imaginário das populações de todos os países, embora sem o poder político de antanho, salvo em alguns países regidos pela teocracia, como os regidos pelo islamismo.

O âmbito da ação religiosa passou a se restringir aos mitos de cada crença a influir nas diversas civilizações em que opera. Convive com o culto aos antepassados, como uma das características do ser humano de todos os tempos, não só como lembrança afetiva de fatos incorporados na memória dos pósteros, como de invocação de proteção. São resquícios dos deuses lares romanos a perdurar no inconsciente das populações ocidentais.

O culto à divindade caracteriza-se pela diversidade de crenças. Paira sobre determinado povo ou etnia, como o judaísmo, xintoísmo e o hinduísmo e outros de caráter regional, como a umbanda e o candomblé afro-brasileiro ou de indígenas em suas civilizações preservadas. Convivem com as religiões com amplitude maior, como o cristianismo, o islamismo e o budismo. Sem contar a influência de Lao Tse e de Confúcio na civilização chinesa.

A crença religiosa está arraigada no ser humano, em todos os tempos e civilizações. Resulta, pode-se deduzir, da impotência do ser humano diante dos fenômenos naturais, a vitimar populações inteiras com intempéries, inundações, erupção de vulcões, furacões, maremotos, terremotos, incêndios, calor excessivo ou frio congelante. São fatos da natureza contra os quais a Humanidade nunca foi capaz de exercer controle efetivo, a despeito do progresso da Ciência. As pandemias, epidemias, doenças incuráveis tornam o ser humano refém de forças sobre as quais não tem controle. Conquistas científicas amainaram efeitos catastróficos de pestes e doenças, mas não as eliminaram. As epidemias do Ebola, da AIDs e a pandemia da COVID-19, em pleno século XXI, afloraram

repentinamente a assustar a Humanidade, como um alerta sobre a fragilidade do ser humano, refém dos fenômenos naturais.

Fazem parte desse quadro os incêndios no Meio Oeste do Brasil, em pleno 2024, e a seca prolongada na Amazônia, a contrastar com inundações no sul do Brasil e em países da União Europeia e o furacão Milton na Flórida, depois de o furacão Helena ter atingido os estados da Geórgia, Carolina do Sul, Virgínia e Carolina do Norte, nos Estados Unidos. Fenômenos naturais a fazer a Humanidade lembrar-se de sua fragilidade. A ciência ainda não foi capaz de domar a Natureza, a impor sua força indomável, como em todos os tempos.

Um de seus efeitos é provocar a invocação da divindade como estratégia para auxiliar na superação desses males ou amenizá-los. As festas da colheita persistem no meio rural e fazem parte do quadro de aspiração de amparo e proteção contra adversidades do clima.

A ciência, não obstante sua contínua evolução, nem sempre consegue prover auxílio adequado e eficaz para neutralizar efeitos dos fenômenos naturais. O desenvolvimento da Inteligência Artificial e a ação desenvolvida de robôs, ora em curso, a substituir as comunicações pessoais por mensagens automatizadas, dá nova feição à atividade do ser humano. Tarefas corriqueiras, tendem a ser desempenhadas por robôs ou máquinas automáticas, com ênfase maior nos efeitos econômicos da ação. Os automóveis sem motorista, versão urbana do piloto automático dos aviões a percorrer rotas programadas, já não são mais novidade. É inovação técnica despida de caráter religioso ou transcendental, apenas utilitário. O foco é econômico.

A Religião, a Economia e a Exploração Espacial de que trará este livro têm, em comum, como substrato, a Humanidade a abrigar todos os seres humanos. Nem sempre foi assim e nem todas as culturas e civilizações sentem-se nela integradas,

No século XX a Humanidade foi alçada à condição de sujeito do Direito, como ator na ordem internacional, antes dela excluída, em prol de Estados e de interesses nacionais. A Declaração Universal dos Direitos Humanos pode ser considerada instrumento legal pioneiro a estabelecer princípios a serem observados por todos os povos. Outras Convenções internacionais vieram a ratificá-la com normas específicas a reger atividades de interesse comum. A Convenção do Mar é uma delas ao disciplinar o uso do espaço marítimo internacional e seu solo e

subsolo, administrado por uma Autoridade Internacional. É patrimônio da Humanidade. Na mesma linha dispôs a Convenção que regula a nova aventura humana na exploração do espaço cósmico, em que o astronauta é considerado enviado da Humanidade. O credo religioso contribui para fortalecer a tendência de superar a organização dos povos em Estados com o deus universal a proteger a Humanidade. Cristãos, islâmicos e budistas nele acreditam. Convive com os deuses exclusivos de etnias diversas, como o judaísmo, o hinduísmo e o xintoísmo, mas abarca parte expressiva de crentes na divindade e da população terrena.

A exploração espacial, produto do desenvolvimento da tecnologia, propicia outra dimensão à Humanidade, ao torná-la consciente das limitações físicas do planeta e da necessidade de encontrar novas paragens para sua sobrevivência. Resultam desse esforço medidas efetivas para redução do efeito estufa e de emissão de gás carbono, com a preocupação com o meio ambiente. Conclaves internacionais e convenções têm sido organizados para estabelecer critérios e ações para a redução da emissão de carbono. A 29ª Conferência do Clima (COP 29), realizada em 2024, em Kabul, Afeganistão, contou com a participação de cerca de 40 mil delegados, entre representantes dos Estados, negociadores privados, jornalistas e observadores internacionais. A magnitude do evento e sua ampla divulgação pelos meios de comunicação mostram terem as populações tomado consciência da necessidade de providências sobre o clima e o meio ambiente.

É mais uma tentativa da Humanidade de fazer ajustes no comportamento do ser humano para evitar catástrofes climáticas repetidas com frequência em diversas partes do planeta. É tarefa difícil e de execução demorada por abranger povos, etnias e civilizações diversas, atualmente congregadas em Estados nacionais e grupos isolados, como os silvícolas. É esforço de responsabilidade dos países e da Sociedade Civil que pode ser identificada como a própria Humanidade, amparada por princípios universais inscritos na Carta da ONU e na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A expressão Sociedade Civil compreende termos como “povo”, “comunidade”, “população”, “opinião pública”, “pensamento popular” ou “popularidade”, vocábulos usados em diferentes contextos, como destaca John Lukacs¹ e até mesmo de “nação”, a identificar determinado grupo étnico-social.

1 *Uma Nova República – História dos Estados Unidos no Século XX*. Rio, Ed. Jorge Zahar, 2006, p. 259/260.

O conceito de Sociedade Civil adotado neste trabalho, a exemplo de outro anterior², é amplo a congregar todos os integrantes dos diversos grupos e etnias raciais, religiosas e sociais, incluindo universidades, estudantes, trabalhadores, profissionais liberais, empresas privadas, associações, imprensa, cultos religiosos e o todo o conjunto de partícipes das comunidades não integrantes da estrutura estatal dotados de autoridade pública. O Estado, não obstante seja a organização da sociedade em consonância com a Constituição de cada um, atua por meio de pessoas, como juízes, parlamentares e funcionários da Administração Pública. Nessa condição distinguem-se dos integrantes da Sociedade Civil, como são as entidades e indivíduos despidos de autoridade pública, mas capazes de influir nos destinos das comunidades. A atuação da Sociedade Civil fez o Estado perder o monopólio da defesa do interesse público, em suas múltiplas manifestações em prol desse desiderato. Segundo Norberto Bobbio, o uso da expressão “sociedade civil” remonta a 1794, com August Ludwig von Schlözer e empregado para qualificar certas teorias políticas.³ Não se trata, portanto, de novidade.

O tema deste trabalho é rico e inesgotável. É composto de peças esparsas, como um mosaico a formar conjunto harmônico, a despeito da diversidade de seus componentes. Como os quadros de arte moderna, o tema sempre comporta nova pincelada na visão de quem os vê. Há ingredientes novos a serem adicionados a depender da ótica de quem os focaliza, em tempos de exploração espacial a interferir com o conceito do céu etéreo da Religião e do ressurgimento de guerras, na contramão da tendência à solução pacífica de controvérsias

A invasão da Ucrânia pela Rússia e o novo episódio do conflito no Oriente Médio em 2023/2024 entre Israel e palestinos, com feições antigas, são retrocessos do comportamento humano que se acreditava terem sido superados. Ainda não foram. Os exemplos históricos nefastos de Napoleão e de Hitler contaminam ideário de autoridades estatais fundadas na força militar e contrariam preceito universal de solução pacífica de controvérsias, como aspiração da Humanidade.

2 JOSÉ CARLOS DE MAGALHÃES, *Arbitragem – Sociedade Civil x Estado*, Almedina, São Paulo, 2020.

3 *Estado, Governo, Sociedade – Para uma teoria geral da política*. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 3ª edição, p. 33.